

SIMULADO ✓ **FUNAPE**



Estratégia
CONCURSOS

Simulado de Direito Previdenciário - FUNAPE**Prof. Ali Mohamad Jaha****30 Questões Inéditas no Estilo FCC.****Introdução.**

Olá pessoal! Tudo bem? =)

Bem-vindos ao nosso **Simulado de Direito Previdenciário** para o concurso da FUNAPE. Aproveito o momento para deixar alguns lembretes:

1. Para lembrar, observem o **ENORME** peso da nossa disciplina na prova do dia 03/09/2017:

- Analista Jurídico Previdenciário: 25 de 60 questões = **42% da prova.**
- Analista em Gestão Previdenciária: 20 de 60 questões = **33% da prova.**
- **Primeiro Critério de Desempate.**

2. Quanto as instruções:

- Imprima esse PDF e resolva as 30 questões em **no máximo 01h15** (vou considerar 15 minutos como tempo para passagem do gabarito).
- Acompanhe a **correção ao vivo** no Canal do Estratégia no YouTube, que ocorrerá no próximo dia **31/08/2017**, quinta-feira, **a partir das 19h00.**

Bom simulado! Fiquem com Deus!

Grande Abraço!

Prof. Ali Mohamad Jaha
Direito Previdenciário

ali.previdenciario@gmail.com

www.facebook.com/amjaha (Adicione-me)

www.facebook.com/amjahafp (Curta a minha página)

profalijaha (Siga-me no Instagram)

@amjaha (Siga-me no Periscope)

Simulado.

01. Quanto ao sistema previdenciário pátrio, está **incorreto** afirmar:

a) A previdência social atenderá, na forma da lei, a cobertura de eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada, bem como a proteção à maternidade, especialmente à gestante.

b) Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

c) Em regra, é vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

d) É assegurada a aposentadoria no regime geral de previdência social, ao professor, quando este completar 30 anos de contribuição.

e) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei.

02. Quanto ao financiamento da seguridade social, segundo os termos expostos na constituição da república, é **incorreto** afirmar que:

a) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios, e das contribuições sociais.

b) O financiamento da seguridade social ocorre de maneira direta e indireta. O financiamento de maneira direta é aquele decorrente das contribuições sociais vertidas aos cofres públicos. Por seu turno, o financiamento de maneira indireta é aquele decorrente dos recursos provenientes dos orçamentos dos entes públicos.

c) A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de orçamento anual, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

d) No sistema de financiamento securitário constitucional, a empresa irá contribuir sobre as seguintes bases: a folha de salários, a receita, o faturamento e lucro.

e) É vedada a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais da empresa sobre a folha de salário e do trabalhador para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social.

03. A Seguridade Social, como informa a nossa carta magna, tem como base a folha de pagamento das empresas, o lucro das empresas, a remuneração dos empregados, os valores declarados pelos contribuintes facultativos, entre outras fontes de arrecadação.

Essa multiplicidade é necessária para que em caso de crise econômica em qualquer dos setores pátrios, a arrecadação previdenciária não seja prejudicada e, por consequência, não seja comprometida a prestação de benefícios à população.

Os parágrafos acima descrevem, com precisão, o seguinte objetivo constitucional da Seguridade Social:

- a) Seletividade e Distributividade na prestação dos Benefícios e Serviços.
- b) Equidade na Forma de Participação no Custeio.
- c) Universalidade da Cobertura e do Atendimento.
- d) Irredutibilidade do Valor dos Benefícios.
- e) Diversidade da Base de Financiamento.

04. Avalie as assertivas a seguir:

I - As contribuições sociais do empregador poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

II - É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais sobre folha de salários e do trabalhador, para débitos em montante superior ao fixado em decreto executivo.

III - A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

IV - São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito público.

V - As instituições privadas poderão participar de forma suplementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência às entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Com base nas assertivas acima, quais estão **corretas**:

a) I, II e III.

b) III, IV e V.

c) I e III.

d) IV e V.

e) Somente a III.

05. Marque C (Certo) ou E (Errado):

() Compete privativamente à União legislar sobre Previdência Social.

() Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre Previdência Social.

() A criação de contribuições sociais residuais se dará por meio de lei complementar necessariamente.

() Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio parcial.

Com base nas assertivas acima, marque a sequência **correspondente**:

a) E - E - C - E

b) E - C - C - E

c) C - C - C - E

d) E - C - C - C

e) E - C - E - E

06. Na cidade de Recife-PE, moram três pessoas, a saber:

- Maiara, enfermeira-chefe no Hospital Memorial São José, onde gerencia toda a equipe de enfermeiros e tem uma remuneração mensal média em torno de doze salários mínimos;
- Mohamed, engenheiro e empresário do ramo têxtil, onde é sócio administrador de um grande conglomerado empresarial que rende alguns milhões de reais por ano aos seus acionistas;
- Eduardo, desempregado, sem nenhuma fonte de renda, que vive, perambula e dorme nas ruas da favela Casa Amarela.

Diante das situações em concreto, marque a alternativa **correta**:

- a) Maiara e Mohamed são contribuintes facultativos da previdência social.
- b) Maiara e Eduardo tem direito a receber benefícios de caráter assistencial.
- c) Tanto Mohamed quando Eduardo são segurados obrigatórios da previdência social.
- d) Maiara, Mohamed e Eduardo podem usufruir da saúde pública.
- e) Administrativamente, Maiara não consegue o direito de receber benefício assistencial. Entretanto, caso venha a adentrar com ação judicial, pode garantir tal direito na via judicial.

07. Avalie as assertivas a seguir:

I - Não é legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13.º salário.

II - A nossa constituição informa que não haverá incidência de contribuição social para o trabalhador sobre a sua aposentadoria ou sua pensão, concedida pelo regime geral da previdência social.

III - A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em decreto, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

IV - A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de Assistência Social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.

V - A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado a comercialização, ressalvadas as hipóteses autorizadas previamente pelo cidadão.

Com base nas assertivas acima, quais estão **corretas**:

- a) II e IV.
- b) II, III e IV.
- c) I, II e V.
- d) I, III e V.
- e) II, IV e V.

08. Com base na matéria constitucional que rege o Direito Previdenciário, marque a alternativa **correta**:

- a) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência Complementar e à Assistência Social.
- b) Conforme dispõe o texto da carta magna, é assegurado o reajustamento dos benefícios previdenciários para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei complementar.
- c) As contribuições sociais, uma vez instituídas ou modificadas por meio de lei, se tornam exigíveis no início do exercício seguinte, devendo obedecer também a anterioridade nonagesimal.
- d) O princípio constitucional da universalidade e da cobertura do atendimento visa cobrir todas as contingências sociais que necessitam de proteção social por parte do Estado, em seu aspecto objetivo, como a velhice, a maternidade, os acidentes e a morte. Já a Universalidade de Atendimento, em seu aspecto subjetivo, diz respeito às pessoas abarcadas por essa proteção social estatal.

e) Atualmente, a norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade, conforme dispõe o Supremo Tribunal Federal.

09. Quanto as disposições constitucionais da seguridade social e suas três áreas de atuação (previdência, assistência e saúde), marque a opção **correta**:

a) O salário família, o salário maternidade e o auxílio reclusão são benefícios direcionados aos dependentes dos segurados de baixa renda.

b) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.

c) A seguridade social será financiada pelas contribuições, dentre outras, do importador de bens ou de serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

d) No atual ordenamento constitucional, não existe previsão de incidência de contribuição social sobre as receitas de concursos de prognósticos.

e) A lei ordinária poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da Seguridade Social.

10. Em consonância com carta suprema da nação, a Previdência Social será:

a) organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação facultativa, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei.

b) organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei.

c) organizada sob a forma de regime próprio, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei.

d) organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e contábil, e atenderá, nos termos da lei.

e) organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei complementar.

11. Preencha as correlações de maneira correta:

1. Princípio da universalidade da cobertura e do atendimento.

() Imagine que em determinado ano, um litro de leite custe R\$ 5,00 e no ano seguinte R\$ 6,00, ou seja, houve uma inflação de 20% na economia. Com os benefícios previdenciários não é diferente, afinal, se eles não forem reajustados, eles perderão poder de compra perante a inflação pátria. Essa é a essência deste princípio.

2. Princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

3. Princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios.

() Tal princípio informa que por mais que o governo fiscalize e arrecade as contribuições sociais, nunca haverá orçamento suficiente para atender toda a sociedade. Diante dessa constatação, deve-se fornecer benefícios e serviços em razão das condições de cada um, fazendo de certa forma uma seleção de quem será beneficiado.

4. Princípio da equidade na forma de participação no custeio.

() O princípio em tela informa as que pessoas com o mesmo potencial contributivo devem contribuir de forma semelhante, enquanto que pessoas com menor potencial contributivo devem contribuir com valores menores.

() Tal princípio demonstra que a seguridade social tem como objetivo cobrir toda e qualquer necessidade de proteção social da sociedade em geral, como a velhice, a maternidade, casos de doença, invalidez e morte.

Marque a sequência **correta**:

- a) 3 - 2 - 1 - 4
- b) 3 - 4 - 1 - 2
- c) 4 - 2 - 1 - 3
- d) 3 - 2 - 4 - 1
- e) 2 - 3 - 4 - 1

12. À luz da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, marque a opção **correta** quanto ao tema Assistência Social:

- a) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à Seguridade Social.
- b) É objetivo da assistência social a proteção ao trabalho, à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- c) Está entre os objetivos constitucionais da assistência social a habilitação e reabilitação das pessoas carentes e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- d) A Constituição de 1988 garante o benefício assistencial de 1/4 de salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
- e) É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até seis décimos por cento de sua receita tributária líquida.

13. Avalie as assertivas a seguir:

I - O servidor aposentado, a exemplo do que ocorre com o trabalhador da iniciativa privada, regido pelo regime geral de previdência social, não contribui para o regime previdenciário quando na inativa.

II - Uma vez falecido o servidor público, ativo ou inativo, a viúva terá direito a receber Pensão por Morte equivalente ao limite máximo dos benefícios do RGPS acrescido de 75% do que exceder tal limite.

III - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo

temporário ou de emprego público, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social.

IV - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam Regime de Previdência Complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo RPPS, o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

Com base nas assertivas acima, quais estão **corretas**:

- a) II, III e IV.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II, III e IV.
- e) III.

14. Com base exclusivamente na Lei Federal n.º 10.887/2004, tem-se que no cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, será considerada a _____ das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a _____ desde a _____ ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

Marque a assertiva que completa **corretamente** as lacunas apresentadas acima:

- a) média aritmética simples - 80% de todo o período contributivo - competência 11/1991.
- b) média aritmética simples - 80% de todo o período contributivo - competência 07/1994.
- c) média ponderada simples - 80% dos últimos 36 meses do período contributivo - competência 07/1994.
- d) média ponderada simples - 80% dos últimos 36 meses do período contributivo - competência 11/1991.

e) média aritmética simples - 70% de todo o período contributivo - competência 11/1994.

15. As disposições gerais sobre o custeio dos regimes próprios de previdência social estão previstos nas Leis Federais n.º 9.717/1998 e n.º 10.887/2004. Por seu turno, tais regimes deverão garantir o equilíbrio financeiro e atuarial e observar alguns critérios legais. Das alternativas abaixo, **qual é a única opção que não é um desses critérios:**

- a) Contar com as contribuições dos ativos, inativos e pensionistas.
- b) O servidor cedido, com ou sem ônus, de um ente para outro, permanece vinculado ao RPPS de origem.
- c) Os RPPS não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no RGPS, salvo disposição contrária da CF.
- d) Cálculo do provento de aposentadoria: média aritmética simples das 80% maiores remunerações do servidor, desde 07/1994, sempre com todos os valores atualizados na data do cálculo.
- e) Provento não pode ser inferior ao salário mínimo e nem superior ao subsídio dos ministros do STF.

16. Em Recife-PE, trabalhava a servidora pública estadual Rose, que veio a falecer em função de um acidente automobilístico nas ruas centrais da capital. Sobre o caso concreto, tem-se as seguintes informações:

- A servidora trabalhava na Secretaria da Fazenda de Pernambuco e recebia uma remuneração bruta de R\$ 25.000,00.
- Para efeitos desta questão apenas, considere como limite máximo dos benefícios do regime geral de previdência social o valor de R\$ 5.000,00.

Com base em todas as informações apresentadas, é correto afirmar que o marido de Rose, seu único dependente para efeitos previdenciários, fará jus a uma Pensão por Morte no valor de:

- a) R\$ 25.000,00.
- b) R\$ 14.000,00.
- c) R\$ 17.500,00.

d) R\$ 20.000,00.

e) R\$ 19.000,00.

17. O servidor ocupante de _____ que tenha completado as exigências para aposentadoria _____, e que opte por permanecer em atividade fará jus a abono de permanência equivalente ao valor _____ até completar as exigências para aposentadoria compulsória, aos _____ de idade.

Marque a assertiva que completa **corretamente** as lacunas apresentadas acima:

a) cargo efetivo ou comissionado - voluntária - da sua contribuição previdenciária - 75 anos.

b) cargo efetivo - voluntária - da sua contribuição previdenciária - 70 anos.

c) cargo efetivo - por invalidez - da sua contribuição previdenciária - 75 anos.

d) cargo efetivo - voluntária - da sua contribuição previdenciária - 75 anos.

e) cargo efetivo - voluntária - de 50% da sua contribuição previdenciária - 75 anos.

18. Quanto as regras constitucionais referentes aos regimes próprios de previdência social, marque a alternativa **correta**:

a) A Aposentadoria por Invalidez do servidor público é concedida com proventos proporcionais no caso em que o fato gerador do benefício tenha sido um acidente de trabalho.

b) A Aposentadoria Voluntária, ocorrerá, em regra para o servidor que apresentar 10 anos de exercício no serviço público, 5 anos no cargo em que se aposentará, 60 anos de idade (homem) ou 55 anos de idade (mulher) e 30 anos de contribuição (homem) ou 25 anos de contribuição (mulher), com proventos integrais.

c) Atualmente, a Aposentadoria Compulsória no serviço público, em qualquer de suas esferas (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios) ocorrerá aos 70 anos de idade, tanto para o homem quanto para a mulher.

d) No caso da Aposentadoria Proporcional, essa ocorrerá para a servidora que apresentar 10 anos de exercício no serviço público, 5 anos no cargo em que se aposentará e 60 anos de idade.

e) No atual ordenamento jurídico, as aposentadorias nos RPPS não podem seguir requisitos e critérios diferenciados.

19. Marque C (Certo) ou E (Errado):

() A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

() As alíquotas de contribuição dos servidores ativos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para os respectivos regimes próprios de previdência social poderão ser inferiores às dos servidores titulares de cargos efetivos da União, devendo ainda ser observadas, no caso das contribuições sobre os proventos dos inativos e sobre as pensões, as mesmas alíquotas aplicadas às remunerações dos servidores em atividade do respectivo ente estatal.

() Os dirigentes do órgão ou da entidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social dos entes estatais, bem como os membros dos conselhos administrativo, respondem diretamente por infração ao disposto na legislação previdenciária, sujeitando-se, no que couber, ao regime disciplinar da Lei Complementar n.º 109/2001 (Regime de Previdência Complementar), conforme diretrizes gerais.

() No caso de extinção de Regime Próprio de Previdência Social, a União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios assumirão integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários à sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social.

Com base nas assertivas acima, marque a sequência **correspondente**:

a) C - E - C - C.

b) C - E - C - E.

c) E - E - C - C.

d) C - C - C - C.

e) C - E - E - C.

20. Marque C (Certo) ou E (Errado):

() O RPPS, de forma análoga ao que ocorre no RGPS, obriga os seus segurados contribuírem quando estiverem na inatividade.

() O RPPS pode apresentar requisitos e critérios diferenciados para as aposentadorias nos casos de servidores deficientes, em atividade de risco ou em condições especiais.

() O servidor aposentado portador de doença incapacitante deve contribuir para o RPPS sobre a parcela que exceder o dobro do limite máximo dos valores dos benefícios do RGPS.

() Uma vez instituído o regime de previdência complementar para os servidores do ente político (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios), o respectivo governo pode limitar o valor dos benefícios previdenciários do RPPS ao dobro do limite máximo dos valores adotados pelos benefícios do RGPS.

Com base nas assertivas acima, marque a sequência **correspondente**:

a) E - C - C - C.

b) E - C - C - E.

c) C - C - C - E.

d) E - E - C - E.

b) E - C - E - E.

21. Em conformidade com a Lei Complementar Estadual n.º 28/2000, são dependentes dos servidores, para efeitos previdenciários, todos os listados, **exceto**:

a) O companheiro em união estável.

b) O filho menor de 21 anos, solteiro, não emancipado e que não exerça atividade remunerada.

c) O enteado que reside com o segurado sob sua dependência econômica e sustento alimentar.

d) Os pais.

e) O menor de 18 anos que, em função de determinação judicial, está sob tutela, dependência e sustento do servidor.

22. Quanto ao custeio da Previdência Social dos servidores do Estado de Pernambuco, marque a opção **correta**:

a) O Estado de Pernambuco contribuirá com 13,5% sobre a remuneração do servidor, mensalmente, para o FUNAPREV ou com 27,0% sobre a remuneração do servidor, mensalmente, para o FUNAFIN.

b) Na implementação do plano de aplicações e investimentos, bem como na realização de quaisquer investimentos, o gestor financeiro, a FUNAPE e os seus Fundos atuarão dentro dos limites e condições de proteção e prudência financeiras, estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as entidades de previdência.

c) O abono de permanência integra a base de cálculo das contribuições do servidor.

d) O encarregado de ordenar ou de supervisionar o recolhimento das contribuições do Estado, das suas autarquias e fundações públicas, devidas aos Fundos citados (FUNAPREV ou FUNAFIN) que deixar de as recolher, no prazo legal, será objetiva e subsidiariamente responsável, pelo pagamento dessas contribuições e das penalidades cabíveis, sem prejuízo da sua responsabilidade administrativa, civil e penal, pelo ilícito que eventualmente tiver praticado e da responsabilidade do Poder, órgão autônomo, autarquia ou fundação pública estadual a que for vinculado por essas mesmas contribuições e penalidades.

e) Atuando por de forma independente, em nome e por conta do FUNAPREV e do FUNAFIN, o gestor financeiro de cada um deles, praticará, sempre de acordo com o plano de aplicações e investimentos.

23. Supondo que em determinado exercício financeiro o limite máximo dos benefícios do RGPS seja de R\$ 6.000,00. Neste mesmo ano, a remuneração de Adamastor, servidor público do Estado de Pernambuco, seja de R\$ 7.500,00. Considere que hipoteticamente o regime de previdência complementar do Estado já esteja em pleno funcionamento. Com base no exposto, a contribuição do patrocinador incidirá sobre qual base de cálculo:

a) R\$ 7.500,00.

b) R\$ 6.000,00.

- c) R\$ 6.750,00.
- d) R\$ 1.500,00.
- e) R\$ 2.250,00.

24. Avalie as assertivas a seguir sobre o regime de previdência complementar do Estado de Pernambuco:

I - O regime de previdência complementar previsto na Lei Complementar Estadual n.º 257/2013 se aplica ao Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPEPREV).

II - Cabe à Secretaria de Administração do Estado (SAD) e à Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco (FUNAPE) prover os meios necessários para articular as gestões e providências pertinentes à implementação e ao funcionamento do regime de previdência complementar.

III - Além da contribuição normal (do participante e do patrocinador), o regulamento pode admitir o aporte de contribuições extraordinárias, sem aporte correspondente do patrocinador.

IV - As contribuições devidas pelos patrocinadores devem ser pagas de forma descentralizada pelos respectivos Poderes, pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Com base nas assertivas acima, quais estão **corretas**:

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) II, III e IV.
- d) II e IV.
- e) II e III.

25. Sobre o Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco, marque a alternativa **correta**:

- a) São segurados, entre outros, os ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

b) Caberá à FUNAPE, por intermédio dos seus órgãos competentes, na forma prevista na legislação previdenciária estadual, a representação legal, a administração e a gestão dos Fundos previdenciários existentes (FUNAFIN e FUNAPREV), sendo não remunerada por elas em virtude dessa prestação de serviços.

c) A FUNAPE é entidade fundacional com personalidade jurídica de direito privado, integrante da administração indireta do Estado com autonomia administrativa e financeira, nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 28/2000.

d) Conforme determinação legal, o Regime Financeiro de Repartição de capital de cobertura é aquele em que as contribuições são acumuladas, capitalizando-se os rendimentos financeiros para que, no momento da concessão do benefício, tal montante seja suficiente para o seu custeio vitalício.

e) Dotação Orçamentária Específica são quantias oriundas de recursos orçamentários para a complementação das receitas do FUNAFIN, necessárias ao pagamento dos benefícios de inativos e pensionistas, a serem repassadas àquele Fundo pelos poderes e órgãos autônomos do Estado, autarquias e fundações públicas estaduais, relativamente aos beneficiários deles originários.

26. Sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Pernambuco, marque a assertiva **incorreta**:

a) A pensão por morte consistirá na importância mensal conferida aos dependentes do segurado ativo ou inativo, quando do seu falecimento.

b) O auxílio reclusão consistirá numa importância mensal concedida aos dependentes do segurado recolhido à prisão que, por este motivo, não perceber remuneração dos cofres públicos.

c) A gratificação natalina será devida àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, transferência para a inatividade, reforma, pensão por morte ou auxílio reclusão pagos exclusivamente pelo FUNAFIN.

d) Os segurados aposentados por invalidez permanente, bem como os dependentes e os pensionistas inválidos, independentemente da sua idade, deverão, nos termos do decreto do Poder Executivo, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se periodicamente a exame a cargo do

Departamento de Perícias Médicas e Segurança do Trabalho da Secretaria de Administração e Reforma do Estado.

e) Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto de aposentadoria com abono de permanência.

27. Com base nas disposições constitucionais e legais sobre a previdência complementar, marque a opção **incorreta**:

a) As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das Entidades de Previdência Complementar não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.

b) O Regime de Previdência Privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao Regime Geral de Previdência Social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei.

c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam Regime de Previdência Complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de previdência do servidor público, o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

d) Conforme dispõe a legislação, é vedado o aporte de recursos à Entidade de Previdência Complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

e) As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) são aquelas que oferecem planos de benefícios para certos grupos de pessoas, como servidores públicos de determinado Poder (Executivo, Legislativo ou Judiciário), trabalhadores de uma determinada empresa.

28. O regime de previdência complementar para os servidores públicos estaduais é um tema relativamente novo para a população em geral. Sobre o tema, marque o conceito **correto** sobre o tema:

a) Saldo de Conta: O valor acumulado em nome do participante, com o resultado das contribuições vertidas pelo participante e pelo patrocinador,

acrescido dos resultados dos investimentos e deduzidos os custos dos benefícios não programados, as despesas administrativas, na forma fixada pelo regulamento do plano de benefícios previdenciários complementares e demais despesas previstas no plano de custeio

b) Participantes: O Estado de Pernambuco, por meio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e dos órgãos autônomos do Estado.

c) Assistidos: O Estado de Pernambuco, por meio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e dos órgãos autônomos do Estado.

d) Patrocinador: Os participantes ou os seus beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada.

e) Contribuição: Os valores vertidos ao plano de benefícios previdenciários suplementares, pelos participantes e pelo patrocinador, com o objetivo de constituir as reservas que garantam os benefícios contratados.

29. Quanto aos benefícios previdenciários de aposentadoria previstos no Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos do Estado de Pernambuco, marque a alternativa **incorreta**:

a) Ao segurado será garantida aposentadoria por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, hipóteses em que os proventos serão integrais.

b) Em consonância com o atual ordenamento jurídico pátrio, a aposentadoria compulsória do servidor público estadual ocorre aos 70 anos de idade.

c) Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta do Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco.

d) Concedida a aposentadoria, transferência para a inatividade, reforma ou pensão, pela FUNAPE, será o ato publicado e encaminhado à apreciação do Tribunal de Contas do Estado.

e) O professor se aposenta necessariamente com 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, além de outros critérios previstos na legislação previdenciária estadual.

30. Sobre a previdência complementar dos servidores do Estado de Pernambuco, marque a opção **incorreta**:

- a) Os planos de benefícios do regime de previdência complementar devem ser estruturados na modalidade de contribuição definida.
- b) O valor do benefício programado deve ser calculado de acordo com o montante do saldo da conta acumulado pelo participante, assegurando-se que o valor do benefício estar permanentemente ajustado ao referido saldo.
- c) O servidor cuja remuneração seja inferior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social poderá aderir aos planos de benefícios de previdência complementar, com contrapartida do patrocinador (Estado de Pernambuco), cuja base de cálculo deve ser definida no regulamento.
- d) A contribuição deve ser arcada pelo patrocinador apenas na hipótese em que o participante tiver sido cedido, afastado ou licenciado do cargo efetivo com o ônus para o Estado, suas autarquias ou fundações.
- e) A distribuição das contribuições nos planos de benefícios e nos planos de custeio deve ser revista sempre que necessário à manutenção do permanente equilíbrio dos planos de benefícios.